Autor: Rodrigo Melo Nunes

<https://lattes.cnpq.br/2580239093425956>

Coautor: Marçal de Menezes Paredes

<http://lattes.cnpq.br/3045569204606196>

SUMÁRIO

1. Resumo	02
2. Introdução	02
3. Referencial Teórico	03
4. Metodologia	05
5. Resultados e Discussões	06
6. Considerações Finais	09
7. Referências	10

ARTIGO CIENTÍFICO

O DOCENTE POLICIAL COMO PROMOTOR DE DIREITOS HUMANOS

RESUMO: No Brasil, a temática de Direitos Humanos é muito discutida mas infelizmente percebemos que, em geral, são interesses difusos que norteiam as ideias sobre o tema. Como poderemos promover a obediência ao que preceitua a Declaração Universal de Direitos Humanos? A quem serve tais direitos? Nós não deveríamos ter dúvidas na resposta destas questões, pois a atuação deve ser uma e em prol da sociedade e do bem comum, promovendo a vida e combatendo injustiças. Outro desafio é sintonizar as ações policiais com a promoção dos direitos humanos. A melhoria na formação profissional daqueles, através de instrutores/docentes que promovam uma educação em valores humanos, tornando-se promotores dos Direitos Humanos, é fundamental. A Polícia Rodoviária Federal - PRF vem buscando ao longo dos últimos Cursos de Formação Profissionais - CFP's fomentar a discussão em busca de uma atuação ideal a fim de prestar um serviço de segurança pública com mais cidadania.

RESUMEN: En Brasil, el tema de los Derechos Humanos es muy discutido, pero lamentablemente nos damos cuenta de que, en general, son intereses difusos los que guían las ideas sobre el tema. ¿Cómo podemos promover la obediencia a lo prescrito por la Declaración Universal de Derechos Humanos? ¿A quién sirven estos derechos? No debemos tener dudas en la respuesta a estas preguntas, porque la acción debe ser una sola y a favor de la sociedad y del bien común, promoviendo la vida y combatiendo las injusticias. Otro desafío es armonizar las acciones policiales con la promoción de los derechos humanos. Es fundamental el mejoramiento en la formación profesional de quienes, a través de instructores/docentes que promuevan la educación en valores humanos, se conviertan en promotores de los Derechos Humanos. La Policía Federal de Carreteras - PRF ha buscado en los últimos Cursos de Formación Profesional - CFP fomentar la discusión en busca de un desempeño idóneo para brindar un servicio de seguridad pública con más ciudadanía.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos. Sociedade. Docente policial. Polícia Rodoviária Federal. Segurança Pública.

PALABRAS CLAVE: Derechos humanos. Sociedad. Profesor de policía. Policía Federal de Carreteras. Seguridad Pública.

1. INTRODUÇÃO

A assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 inaugura o tema dos direitos humanos em carácter universal através da edição da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH). O documento surgiu e se fortaleceu como um código moral e universal frente às atrocidades vividas pelo mundo durante as duas grandes guerras mundiais.

A promulgação da DUDH visa garantir que todo ser humano, em qualquer lugar do mundo e sob quaisquer circunstâncias, tenha condições mínimas de sobrevivência e crescimento, em um ambiente de respeito, paz, igualdade e liberdade. Embora já tenham se passado mais de 70 anos

da DUDH, ainda vê-se no mundo muita desobediência ao que preceitua o preâmbulo e seus 30 artigos. No Brasil, infelizmente, não é diferente, somos ainda um país desigual e injusto, mesmo com avanços legislativos para a garantia de direitos das minorias e com a difusão do tema de Direitos Humanos em escolas, faculdades e em toda a sociedade.

Assim, vivemos uma verdadeira 'guerra' em torno do tema: Defesa dos Direitos Humanos no Brasil. Para quem serve os Direitos Humanos? A quem ele defende?

Quem o promove e defende? Estas são apenas algumas das perguntas que consideramos importantes serem debatidas e esclarecidas nesse projeto.

A temática de Direitos Humanos torna-se ainda mais conflitante e dicotômica quando refere-se à atuação das polícias brasileiras. Ricardo Balestreri em seu livro “Direitos Humanos: coisa de polícia” nos ajuda a entender o problema, sendo este um primeiro passo para as soluções. Diversos outros autores discorrem sobre o tema dos direitos humanos e sociedade, como também vários operadores de segurança pública integram comissões de direitos humanos em seus órgãos e cada vez mais fazem trabalhos/artigos direcionados à prestarem um melhor serviço para a sociedade.

O autor desse artigo científico integra os quadros da Polícia Rodoviária Federal (PRF) desde o ano de 2004, há quase 18(dezoito) anos; é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Piauí - UFPI e instrutor da PRF na área de Inteligência Policial; formação esta, na qual a pós-graduação em Educação Transformadora da Pontifícia Universidade Católica - PUC é parte fundamental.

Diante disso, na iminência de atuar como instrutor no Curso de Formação Policial - CFP, concluímos o quão importante é a atuação de todos os docentes como promotor dos Direitos Humanos. Isso resultará na evolução, ainda maior, do trabalho realizado pela PRF em prol da sociedade.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

Para atingir os objetivos do nosso trabalho científico, trazemos uma base teórica já estudada e divulgada que estabeleça relação com o tema da pesquisa. Além de servir como base para o desenvolvimento do trabalho, ela traz consigo os muitos conceitos que facilitarão o entendimento dos leitores.

O jurista Norberto Bobbio (2004, p.07, 09 e 21) assevera que dignidade humana é a qualidade necessária para o desenvolvimento das potencialidades físicas, psíquicas e morais de todo ser humano. Assim:

Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica de conflitos.

Em sua obra “A Era dos Direitos”, Bobbio, traz diversos aspectos relevantes sobre a matéria. Para o autor, direitos humanos são um construído jurídico historicamente voltado para o aprimoramento político da convivência coletiva. O reconhecimento e a proteção dos direitos do homem estão na base das Constituições democráticas modernas. Continua:

Do ponto de vista teórico, sempre defendi — e continuo a defender, fortalecido por novos argumentos — que os direitos do homem, por mais

fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas (BOBBIO, 2004, p. 25).

José Luis Bolzan Morais (2010, p. 131) define que Direitos Humanos são um “conjunto de valores históricos básicos e fundamentais, que dizem respeito à vida digna jurídico-político-psíquico-físico-econômica e afetiva dos seres humanos e de seu habitat, tanto daqueles do presente quanto daqueles do porvir (...)”. Segundo o autor, os direitos humanos surgem sempre como condição fundante da vida e impõem aos agentes político-jurídico-econômico-sociais a tarefa de agirem no sentido de permitir e viabilizar a possibilidade de que todos possam usufruí-los em benefício próprio e comum ao mesmo tempo.

Importante ressaltar a diretriz argumentativa do sociólogo Boaventura de Souza Santos (1997) sobre direitos humanos e multiculturalismo. O autor nos fala sobre as dimensões de inserção dos direitos humanos sobre o aspecto societário histórico. Afirma existir tensões dialéticas na modernidade ocidental onde os direitos humanos podem ser colocados simultaneamente a serviço de uma política reguladora e de uma política emancipatória; quer como globalização hegemônica, quer como globalização contra hegemônica. Boaventura afirma, ainda, que “os direitos humanos são o desafio mais coerente e poderoso à ideologia da globalização.” (SANTOS, 2003, p. 562-565)

Já Ricardo Balestreri (2003, p. 21) coloca, durante muitos anos o tema “Direitos Humanos” foi considerado antagônico ao de Segurança Pública. Produto do autoritarismo vigente no país entre 1964 e 1984 e da manipulação, por ele, dos aparelhos policiais, esse velho paradigma maniqueísta cindiu sociedade e polícia, como se a última não fizesse parte da primeira.

A atividade policial, então, era caracterizada pelos segmentos progressistas da sociedade, de forma equivocadamente conceitual, como necessariamente afeta à repressão antidemocrática, à truculência, ao conservadorismo. “Direitos Humanos” como militância, na outra ponta, passaram a ser vistos como ideologicamente filiados à esquerda, durante toda a vigência da Guerra Fria (estranhamente, nos países do “socialismo real”, eram vistos como uma arma retórica e organizacional do capitalismo)... No Brasil, em momento posterior da história, à partir da rearticulação democrática, agregou-se a seus ativistas a pecha de “defensores de bandidos” e da impunidade. Evidentemente, ambas visões estão fortemente equivocadas e prejudicadas pelo preconceito. (BALESTRERI, 2003, p.21).

Nesse diapasão, temos o belo trabalho de Tainah Sousa do Nascimento, “Formação Profissional e Direitos Humanos: o Caso da Polícia Rodoviária Federal”, na conclusão de sua pós-graduação (Mestrado) em segurança pública na Universidade Federal do Pará - UFPA. Em sua pesquisa, analisou a avaliação feita pelos alunos do Curso de Formação Profissional - CFP da Polícia Rodoviária Federal, do ano de 2014, em relação à disciplina de Direitos Humanos. Os resultados obtidos identificaram que após a conclusão da Disciplina de Direitos Humanos no CFP, os alunos avaliaram positivamente os instrutores de Direitos Humanos; mais da metade refletiu sobre algumas convicções que hoje considera que eram equivocadas e muitos deles ouviram instrutores de outras disciplinas desdenharem de Direitos Humanos. E conclui:

Tendo em vista os resultados obtidos e a pesquisa bibliográfica realizada, acredita-se que a violência deve ser combatida com Educação em Direitos Humanos para a sociedade toda, e não apenas com a força

policial, devendo existir o funcionamento de todos os outros aparatos do Estado e da família, para a criação de uma cultura de paz. (NASCIMENTO, Tainah Sousa. Formação Profissional e Direitos Humanos: o Caso da Polícia Rodoviária Federal. 2016, p.07)

Ante a exposição dos pensamentos dos autores acima, lembramos que a Carta Magna brasileira é chamada de Constituição Cidadã e prevê, mais precisamente em seu artigo 5º e 78 incisos, a obediência aos Direitos Humanos - DH:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:(...). (Constituição Federal, 1988, p.05).

Portanto, nossa conclusão é simples na indicação e complexa na execução, onde todos tem direito, todos tem deveres. Todo cidadão deve promover os direitos humanos sem exceção, mais ainda aqueles que fazem parte de uma instituição que presta segurança pública. Assim, o Estado em todos os níveis deve condicionar os cidadãos a serem promotores dos DH, pondo em prática uma educação em valores humanos.

3. METODOLOGIA

O presente estudo qualitativo foi elaborado inicialmente com uma breve pesquisa sobre a história dos Direitos Humanos, basicamente através da leitura de textos, livros e trabalhos científicos a fim de balizar um melhor entendimento do tema.

Em um segundo momento, foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica, concentrada no estudo de autores que já se debruçaram sobre o tema objeto da pesquisa. Jung (2003, p. 178) define pesquisa bibliográfica como a “[...] descrição coerente do estado do conhecimento relativo ao tema proposto, com referências dos autores que já publicaram diretamente o assunto ou em áreas afins”. Tal definição norteou esta pesquisa, possibilitando a elaboração de textos e a concretização de ideias necessárias para debater o problema proposto.

Durante todo o estudo, quis-se trazer uma coerência e gradação sobre o contexto histórico dos direitos humanos, afinando para problemáticas e discussões do tema no Brasil e, mais especificamente, para a atuação das polícias brasileiras; culminando com a necessidade da PRF de cada vez mais formar novos policiais com uma educação em valores humanos, sendo cada instrutor/docente um promotor dos direitos humanos na sua disciplina, para que o aluno, futuro PRF, possa, no labor da profissão, ser um servidor mais preparado e atento à temática de Direitos Humanos, sem influências negativas e sem desvirtuamento da verdadeira função deles.

Por fim, dada a relevância do tema, o autor uniu sua experiência profissional na PRF com os ensinamentos docentes do curso “Educação Transformadora: Pedagogia, fundamentos e prática.” para balizar suas conclusões e soluções em uma melhor atuação da PRF na sociedade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A problemática aqui exposta, qual seja, a melhoria das instituições na promoção dos DH no Brasil, em especial nas instituições policiais, tem sua solução em torno da obtenção de determinados resultados. Tais resultados serão fruto de uma longa discussão sobre a melhor forma de abordar e implementar o tema.

Devemos começar buscando entender o porquê do desvirtuamento na defesa dos Direitos Humanos, já que o policial também sofre violação de seus direitos no serviço e fora dele, pois está inserido como parte da sociedade assim como todas as outras profissões.

Ressalte-se a importância de uma formação policiais em valores humanos, tendo todos os integrantes, do mais jovem ao mais antigo, como um policial promotor de DH, dentro e fora de sua instituição; fato que comprovadamente diminui processos disciplinares de excesso policial, abuso de autoridade, tortura e outros crimes.

Adotar uma formação policial obediente aos preceitos da dignidade da pessoa humana nos leva a bons resultados no serviço prestado para a sociedade, mesmo sendo um serviço onde, notadamente, necessite-se do uso da força para garantir o bem estar da maioria.

Os resultados obtidos pela PRF em seus cursos de formação policial são um exemplo desse sucesso. O policial chega às rodovias federais com um nível de atuação perto do ideal, podendo evoluir mais ainda, como pessoa e como profissional, inserido no contexto da promoção dos Direitos Humanos.

4.1) DESVIRTUAMENTO DOS DIREITOS HUMANOS

Infelizmente, testemunhamos muito desrespeito aos direitos humanos no Brasil, tanto na ação de traficantes, assaltantes, como de policiais. Situações de violência policial ocorridas no Brasil e amplamente divulgadas pela mídia têm sido apontadas no cenário internacional como um grande desrespeito aos Direitos Humanos, ensejando, inclusive, exigências para apurações e punições pelo Estado brasileiro de casos conhecidos e investigação de casos não conhecidos oficialmente.

A atividade policial está estreitamente ligada ao convívio com as pessoas da sociedade, incluindo pessoas fragilizadas e vulneráveis, motivo pelo qual o tratamento às pessoas e a abordagem policial deve ser pensada e orientada no Curso de Formação Profissional, não apenas sob a ótica da segurança do policial e técnicas de abordagem, mas também sob a ótica humanista.

O policial, ser humano, representante do Estado no exercício de sua profissão, é um cidadão que faz parte da sociedade e por isso traz consigo vários preconceitos construídos historicamente; ele, sozinho, não é o único responsável por eventual violação de DH, notamos que por vezes a população extrapola seus direitos quando exige do policial uma postura de desrespeito frente a um preso em flagrante por abusar de uma criança, por exemplo.

Neste sentido, quando o cidadão torna-se policial e passa pelo Curso de Formação, cumpre à temática de direitos humanos trazer à baila temas arraigados de preconceitos, para minimizar condutas policiais pautadas em seus próprios julgamentos; e, indo além, garantir que a sociedade também participe desse processo, entendendo até onde vai o trabalho policial e de que formas ele é aprimorado.

A polícia, como um poder legitimado pela soberania popular, no Estado Democrático de Direito, não pode reproduzir a discriminação e o uso da força tendencioso a proteger os interesses de parte da sociedade, ao contrário, deve garantir direitos e proteger a vida de todos os cidadãos, fortalecendo a segurança pública.

4.2) EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS:

Em relação à gênese da educação em Direitos Humanos, podemos afirmar que esta é uma perspectiva que nasce no contexto pós Segunda Guerra Mundial, vinculada à proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948 pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU). De acordo com Nahamias (1998) o artigo 26 desta declaração estabelece o direito à educação, tendo como objetivo principal o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito aos Direitos Humanos. É a partir da Declaração que: “se visualiza oficialmente a educação como um instrumento privilegiado da difusão e aplicação destes direitos e se estende sua importância ao mundo da escola.” (Unesco, 1981, in Nahamias, 98, p. 41).

Magendzo, Schmelkes e Conde (1995) apontam, o sistema educativo tem uma importante responsabilidade na construção das bases para uma convivência democrática e respeitosa entre os indivíduos no sentido de prevenir as violações aos Direitos Humanos. Assim, é importante recorrer a esse sistema na perspectiva da formação de cidadãos capazes de conhecer, defender e promover os Direitos Humanos.

Como parte da solução, um docente/professor/instrutor da área policial, ou seja, aquele que ensinará os novos integrantes de sua corporação não podem em momento algum “trabalhar” contra os direitos humanos, ao contrário, devem atuar como referência na matéria de DH tendo o estado o dever de investir para que isso aconteça.

4.3) O EXEMPLO DA FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DOS DOCENTES DA PRF:

No ano de 2020, a PRF inovou criando o Curso de Formação de Docentes - CFD, dentro de sua Universidade Corporativa, isso mesmo, a Polícia Rodoviária Federal transformou sua Academia Nacional em universidade, mudando o status de seus instrutores para docentes. Em que pese a discussão com o uso do termo “docente”, a medida foi além, e todos os docentes são formados primeiramente em Direitos Humanos, antes de migrarem para a formação na Semana Técnica de sua matéria específica. Por exemplo, o novo docente policial, que habilitará os próximos integrantes da PRF, forma-se em docente na área de direitos humanos e posteriormente em Armamento e tiro, Defesa Policial, Atendimento a Acidentes, etc.

O exemplo da PRF deve ser seguido em todo o Brasil pelas Polícias Militares e Cíveis, estas são maiores em efetivo e mais próximas da população; assim como pelas Polícias Penais e Guardas Municipais, proponho que esses profissionais sejam a vanguarda do estado na defesa dos direitos humanos.

Lembramos que chegar a esse nível requer tempo e mudança de postura dos comandantes destas forças, percebemos que tudo começa com a exigência de uso de armas de menor potencial ofensivo (armas de choque, bastões retráteis e spray de pimenta, entre outros), treinamentos de uso seletivo da força, ligadas à uma formação mais humana.

4.4) OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS:

A contribuição que pensamos deixar aqui não é que o policial afrouxe em suas ações policiais, pelo contrário, ele foi treinado e deve ser sempre atualizado de forma que use a força da maneira ideal, seja enérgico em sua atuação, podendo de direito, inclusive, tirar a vida de outra pessoa, mas que tudo isso ocorra dentro dos limites da legalidade e proporcionalidade, sem exageros. Não sendo treinado para matar como também não foi para “fechar os olhos” para o crime.

A busca de uma cultura de paz no momento de caos social é um dos remédios para minimizarmos a situação no Brasil. A paz deve ser iniciada com o Estado brasileiro, em todos os níveis de atuação, dando condições de vida digna para a população, isso fará com que a criminalidade diminua, pois infelizmente o apelo ao consumismo leva parte da população a buscar meios mais rápidos de melhoria financeira, ascensão social que não refletem melhoria de vida social.

As ações aqui defendidas tem o condão da prevenção à afronta e desobediência aos DH. Como observado no estudo da PRF Tainah Sousa do Nascimento, instrutora de Direitos Humanos da PRF, a mudança na formação dos PRF's trouxe resultados imediatos na percepção da importância dos direitos humanos não só em suas formações mas também em suas ações como policial.

Por isso, os policiais e agentes de segurança pública devem ser mais treinados e valorizados, pois são cobrados dentro e fora de sua instituição para serem o mais correto possível e minimizar ao máximo seus erros; que podem lhe custar o emprego, frente a um excesso de atuação; ou que podem lhe custar sua vida, se o agente deixar de agir na hora necessária.

Propomos ainda, que todos e quaisquer profissionais citados saiam de seus cursos de formação capacitados na matéria de direitos humanos e que, assim que finalizarem o estágio probatório da carreira, possam atuar como disseminadores dessa cultura em escolas da rede pública e privada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o arcabouço legislativo e doutrinário, percebemos que os Direitos humanos servem a todos os seres humanos. Que nós, seres humanos, devemos buscar sua ampla aplicação em todas as nações. Garantindo o direito à vida, à liberdade, à igualdade; para isso surgiram os Direitos humanos.

Colocar policiais e homicidas em um mesmo patamar de igualdade dentro da proteção da dignidade da pessoa humana, por vezes nos parece errado, mas é o correto; devemos lutar sim contra a impunidade e pela justiça, também não devemos defender penas danosas à saúde física ou psíquica dos infratores, nosso ordenamento jurídico não nos permite a justiça com as próprias mãos. Os Direitos Humanos incluem toda a sociedade, inclusive policiais; assim, os DH não devem ser um freio à atuação policial; e, ao englobar infratores, policiais e não-infratores, deixar de ser erroneamente combatido, pois todos estão no mesmo nível de proteção.

Nos parece efetivo formar policiais preparados para o combate ao crime, mas que tenham conhecimento da matéria de direitos humanos, sendo verdadeiros disseminadores dessa cultura. No caso da PRF, sugerimos que todos sejam docentes em DH, educados em valores humanos, a fim de que isso repercuta positivamente no trabalho desempenhado pelo órgão.

Uma possibilidade futura é que todo servidor da segurança pública do Brasil seja um professor/docente/instrutor de direitos Humanos em potencial, inclusive remunerado pelo do Estado em relação aos serviços prestados, promovendo o Estado uma renda complementar ao servidor que contribuirá imensamente à construção de uma nova cultura no país. Tal ação necessita ser testada e estudada antes de implementada.

Consideramos que um dos maiores desafios para a educação em Direitos Humanos é a busca pela coerência, que será responsável pela articulação teoria/prática, discurso/atitude. Por fim, concordamos com Magendzo (1989) a tarefa do educador em Direitos Humanos não se esgota na transferência e produção de conhecimentos. Entende, então, ser essencial aprender a atuar e a se comportar na defesa, promoção e vigência dos direitos próprios e dos demais, operando na vida cotidiana seu saber em Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 3ª reimpressão

BALESTRERI, Ricardo Brizola. A Violência como Paradigma e Papel Anti-hegemônico dos Educadores, Construtores de Culturas de Paz. In: BALESTRERI, Ricardo Brizola (org.). Na Inquietude da Paz. Edições CAPEC. Gráfica Editora Bertheir, Passo Fundo, RS, 2003.

_____. Direitos Humanos: Coisa de Polícia. Passo Fundo: Edições CAPEC, Gráfica Editora Berthier, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos. Revista Lua Nova no.39. São Paulo, 1997. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15/03/2008.

MORAIS, José Luis Bolzan de. Direitos Humanos, Estado e Globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica. In: RÚBIO, David Sánchez; HERRERA FLORES; Joaquín; CARVALHO, Salo de. (Org.) 2. ed. Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

NASCIMENTO, Tainah Sousa. Formação Profissional e Direitos Humanos: o Caso da Polícia Rodoviária Federal. 2016. 103 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2016.